



1290000669



TCC/UNICAMP G348v

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

**“A VIABILIDADE ECONÔMICA DOS
ASSENTAMENTOS DE REFORMA
AGRÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO:
O CASO SUMARÉ II”.**



PROF. ORIENTADOR: BASTIAAN P. REYDON

PROF. BANCA: PEDRO RAMOS

ALUNO: ANTONIO ALBERTO GIANGIÁCOMO JR.

RA: 921631

Campinas, 05 de dezembro de 1997.

**TCC/UNICAMP
G348v
IE/669**

CEDOC/IE

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho aos meus pais pelos esforços que fizeram para que eu pudesse me formar e, principalmente, pela força e coragem que eles me deram durante todos esses anos de estudo.

Agradeço ao professor Bastiaan por todo apoio, compreensão e orientação, durante esta etapa decisiva.

Aos meus verdadeiros amigos, sem os quais essa faculdade não teria a menor graça.

À Kellen, Luis Savedra e às famílias do assentamento Sumaré II, pela atenção e colaboração neste trabalho.

Agradeço, principalmente a Deus por ter me permitido chegar onde cheguei.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
 CAPÍTULO 1	
1.1 Reforma Agrária e os Assentamentos Rurais	9
1.2 A Experiência de Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo	12
1.3 A Avaliação Sócio-Econômica	14
 CAPÍTULO 2	
2.1 Sumaré II	22
2.2 A Produção	24
2.3 O Estudo da Renda	28
 CONCLUSÃO	49
 Anexos	52
Tabelas	53
Bibliografia	58

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em um estudo dos componentes da renda das famílias do assentamento de Sumaré II. A importância do estudo deste assentamento decorre, entre outras, por estar localizado particularmente no município de Sumaré, numa região próximo a grandes centros urbanos como Campinas e Piracicaba. Esse estudo analisa componentes da renda dos produtores envolvidos, bem como os custos associados ao processo produtivo, conjuntamente à análise dos recursos disponíveis e de volume de financiamento à que estas famílias têm acesso, para desenvolverem suas funções produtivas.

Este trabalho, ao analisar as características da obtenção de renda pelos assentados, ganha outra dimensão no contexto atual de urbanização do meio rural brasileiro, observada durante as duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural.

Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano, do ponto de vista espacial; e, do ponto de vista da organização das atividades econômicas, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. Essa interação acabou por se consolidar nos chamados "complexos agroindustriais", que passaram a responder pela própria dinâmica das atividades agropecuárias aí vinculadas (Graziano da Silva, 1996a).

O comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão ou retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de atividades não agrícolas, tais como a prestação de serviços, o comércio e a indústria, que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural

brasileiro. O desejo de uma estabilidade social representada pelo empregado de grandes corporações vai cedendo lugar, no imaginário popular, ao prestador de serviços autônomo que trabalha em sua própria casa, não só no meio urbano como também no meio rural.

Como coloca Marsden (1989), "é preciso reconceituar o agrário", pois nesse final de século XX as áreas rurais (observado com maior intensidade nos países desenvolvidos) começam a exibir formas sociais e econômicas de organização paradigmática à medida que a sociedade sai dos padrões fordista, de tal forma, que se tem um novo ator social relevante para nosso estudo, já consolidado nos países desenvolvidos: o *part-time farmer*, que podemos traduzir por agricultores em tempo parcial. A sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. Em resumo, o *part-time* tem uma característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não agrícolas.

A pluriatividade pode se configurar de duas formas básicas. A primeira, é através de um mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais. A segunda forma se dá através da combinação de atividades tipicamente urbanas do setor terciário com o *management* das atividades agropecuárias.

É por essa segunda forma que, de um lado, milhares de profissionais liberais urbanos, atraídos pelas facilidades decorrentes dos novos serviços disponíveis para apoio das atividades agropecuárias, passaram a olhar os campos como uma oportunidade também para novos negócios. E de outro, milhões de agricultores por conta própria e até mesmo trabalhadores rurais assalariados não especializados buscam formas de prestação de serviços tipicamente urbanas.

As implicações desse diagnóstico para as políticas agrárias são muitas, em especial para a tão sonhada Reforma Agrária, que não precisa ser essencialmente agrícola, pelo menos no eixo centro-sul do país.

No Brasil, dada a elevadíssima concentração fundiária, o desenvolvimento agrícola do setor patronal poucas vezes andou junto com o desenvolvimento rural, sendo que na maioria dos casos, a elevação dos rendimentos físicos da produtividade do trabalho nas culturas das atividades agropecuárias se fez acompanhar de uma intensificação do êxodo em direção às cidades e do emprego de miseráveis "bóias-frias". Como coloca Graziano da Silva (1997), "acabou-se a ilusão de que a revolução verde acabaria simultaneamente com a fome nas cidades e a miséria nos campos".

Podemos dizer que nos segmentos não patronais, as atividades agrícolas vêm se convertendo em ocupações parciais e de remuneração insuficiente para mantê-los residindo no meio rural, com atividades estritamente agrícolas, em condições dignas de vida.

A criação de empregos não agrícolas nas zonas rurais é, portanto, a única estratégia possível capaz de, simultaneamente, reter essa população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda. Não é por outra razão que importantes instituições internacionais (FAO, 1995; Chiriboga, 1992) vêm insistindo na proposta de se retomar a idéia de desenvolvimento rural impulsionando-se um conjunto de atividades que gerem novas ocupações (não necessariamente empregos) que propiciem maior nível de renda às pessoas residentes no meio rural.

Este trabalho, focalizado no estudo do assentamento de Sumaré II, pretende esclarecer como se compõe a renda dessas famílias que residem numa região com características muito próximas do contexto exposto acima, ou seja, onde já se percebe a interação de atividades urbanas com outras tipicamente rurais, e não como fonte de trabalho temporário, mas sim como complemento importante da renda familiar.

O estudo dos componentes da renda das famílias do assentamento de Sumaré II, entretanto, não pode prescindir de um certo cuidado no que diz respeito à metodologia adotada e à forma de avaliação dos resultados obtidos. Há uma grande controvérsia quanto à forma de se avaliar o desempenho de um assentamento rural, principalmente, quando se considera a renda como variável representativa do sucesso ou do fracasso econômico das famílias assentadas.

Tendo em vista as diferentes maneiras de se analisar o desenvolvimento das famílias assentadas, muitas delas até que complementares entre si, o objetivo central desse estudo é desenvolver uma forma de análise dos componentes da renda das famílias do assentamento de Sumaré II que venha abordar todas as interpretações a respeito do conceito de viabilidade econômica dos assentamentos rurais.

No primeiro capítulo tem-se um apanhado histórico a respeito da trajetória do processo de Reforma Agrária no Brasil e, especialmente, do desenvolvimento dos projetos de assentamento rural, enquanto resposta concreta para os problemas sócio-econômicos do país. Ainda nesse capítulo, será colocada a discussão a respeito das divergências sobre a forma de se avaliar a viabilidade econômica dos assentamentos, e os pontos centrais das críticas levantadas pelas diversas linhas de análise.

O segundo capítulo, constitui do estudo específico do assentamento de Sumaré II, através de sua história, e da análise da renda das famílias. Para tal análise, foram considerados todos os componentes da renda familiar durante a safra 1996-1997. Os dados estão dispostos de maneira a separar, por tipo de renda, os principais componentes da renda total, facilitando a comparação entre o peso relativo de cada uma delas, e possibilitando a avaliação do desempenho desse assentamento, comparando-o com outros indicadores econômicos.

Por último, temos a conclusão do estudo dos componentes da renda das famílias do assentamento de Sumaré II, levando-se em conta as várias metodologias de análise, além de considerações sobre as características específicas do processo de geração de renda em um assentamento não essencialmente agrícola.

CAPÍTULO 1

1.1 A REFORMA AGRÁRIA E OS ASSENTAMENTOS RURAIS

Significativamente, da década de 60 até hoje em dia, todas as discussões e avanços em relação à Reforma Agrária e à luta dos camponeses e trabalhadores rurais cumprem um importante papel na ruptura com as formas arcaicas da sociedade, caracterizadas principalmente pelas forças das classes tradicionalmente dominantes no meio rural, sendo que, nesse sentido, a Reforma Agrária é considerada como peça essencial para se atingir a modernidade. Tratando desse assunto, o artigo do Bastiaan P. Reydon (1993), faz uma abordagem da evolução dos movimentos e das tentativas de se concretizar a Reforma Agrária no país.

Entre as décadas de 40 e 60, a questão da Reforma Agrária podia ser entendida como "um importante passo para a construção do socialismo", ponto esse, defendido pelo Partido Comunista, que entendia-a como a via pela qual seria possível consolidar-se aqui uma revolução democrático burguesa, na qual a aliança dos setores progressistas da burguesia com os trabalhadores dar-se-ia em oposição às forças retrógradas do latifúndio", Reydon (1993).

Uma outra leitura, coloca a Reforma Agrária como necessidade social frente à pobreza que atingia parcela significativa da população brasileira. Os que mais se identificavam com essa visão eram as "Ligas Camponesas, cujas propostas articulavam as insatisfações da população do Nordeste, entretanto, encarando-a de uma forma marcadamente revolucionária e radical em busca do socialismo. Juntamente, estava a Igreja Católica, dividida entre o "Sindicalismo Cristão" do Nordeste, e os radicais da Ação Popular (ramificação da Juventude Universitária Católica - JUC)", Reydon (1993).

Um terceiro papel assumido pela Reforma Agrária, pode ser entendido enquanto condicionante fundamental para o funcionamento mais adequado ao capitalismo, mais especificamente, do desenvolvimento das economias periféricas. Essa visão, defendida pela CEPAL, compreendia que a diminuição da pobreza requeria um amplo processo de

industrialização e, uma vez que o processo industrial não poderia prescindir de uma agricultura que fornecesse matérias primas, alimentos baratos e um mercado consumidor para os produtos industrializados, “a Reforma Agrária seria um importante instrumento para a viabilização desse desenvolvimento, principalmente porque permitiria uma maior e mais justa distribuição de renda e riqueza”, Reydon (1993).

Apesar das intenções, todo o processo de Reforma Agrária vivido até hoje jamais se caracterizou, seguindo os argumentos anteriores, como uma ruptura ou como forma de se atingir a modernidade, ao contrário, “as elites brasileiras estabeleceram um tipo de hegemonia, com formas de acoplamento de poder político e econômico que atravessaram cinco séculos, na qual as classes dominadas não tinha direito sequer à defesa de seus direitos elementares e, muito menos, de colocar em questão a ordem estabelecida”, Reydon (1993).

Outro fator que determinou a perpetuação do poder latifundiário no país, e a morosidade dos processos de Reforma Agrária, decorre da forma como se deu a modernização da agricultura brasileira, entendida como altamente excludente e conservadora, em função do arranjo desenvolvimentista pós-64.

Esse arranjo pode ser entendido como um esforço de industrialização planejado para viabilizar um crescimento sustentado da economia brasileira, no qual articulavam-se interesses do capital internacional, do capital nacional dos agricultores e proprietários de terras e do estado autoritário brasileiro, sem que fosse estabelecido qualquer planejamento em relação à questão fundiária (claramente contrária aos interesses dominantes), resultando, dessa forma, numa agricultura moderna e competitiva em termos internacionais, capaz de atender toda demanda interna por produtos, o que teve como consequência a expulsão de trabalhadores, a inviabilização de alguns produtores, a exclusão de algumas regiões e uma intensa ação predatória do meio ambiente.

A referência à questão da modernização faz-se necessária na medida em que esta tornou muito mais difícil uma possível Reforma Agrária nos termos e na amplitude requeridos pela situação socio-econômica do país, uma vez que induz à concentração de terras, e à centralização do poder fundiário no país.

Outra questão fundamental advinda do processo de modernização da agricultura brasileira, remete aos mecanismos de valorização da terra, intensificado na medida em que a terra passou a ser demandada para fins especulativos, o que, por sua vez, traz para a discussão os mais diversos agentes econômicos interessados na rentabilidade associada à posse da terra. Uma vez que muitos interesses estão engajados nas práticas agropecuárias, seja nas plantações latifundiárias, seja nas cadeias de agroindústrias, qualquer intenção de alterar as posições estabelecidas serão rapidamente e severamente atacadas, refletindo o poderio das elites nacionais anteriormente mencionadas.

Conforme Reydon (1993): "O fato de diferentes formas de capital serem proprietárias de terras agrícolas, e estas terem um prêmio de liquidez bastante elevado, assim como perspectivas de ganhos patrimoniais, faz com que diminuam significativamente as contradições entre a burguesia urbana e as oligarquias agrárias, tornando a postura do conjunto das classes dominantes semelhante e contrárias à Reforma Agrária".

Dada a história que o processo de Reforma Agrária carrega, notadamente marcada pela força política e econômica das elites, que impediu qualquer ação concreta de expropriação e do desenvolvimento de projetos de assentamentos, toda discussão que almeja alguma definição em relação às políticas agrárias deve ter em seu bojo a noção da atual crise que ronda todas as economias capitalistas do mundo, notadamente às economias em desenvolvimento, dadas as condições sócio-econômicas de extrema concentração de renda e riqueza, que refletem a dimensão do processo de exclusão social, somada às dificuldades de inserção no novo padrão de acumulação decorrente da economia "globalizada".

"Se o país se organizar a ponto de viabilizar um grande arranjo que possibilite um novo crescimento econômico, terá que fazer essa ruptura nos moldes dos países desenvolvidos. O grande problema é que o novo padrão tecnológico que se está desenvolvendo internacionalmente, desde a crise dos anos 70, tem sido altamente excludente, em termos de geração de emprego, incluindo aí até mesmo os países

desenvolvidos, o que continuará não gerando um nível de emprego suficiente para absorver parte substancial da mão-de-obra disponível", Reydon (1993).

Levando em consideração as palavras do autor, a Reforma Agrária, que antes também tinha uma justificativa de caráter ideológico, agora justifica-se pela atual situação econômica e social enfrentada pela nação, com o Estado de "Bem-Estar" falido, com mudanças no mercado de trabalho e nas relações setoriais da economia, e com um intenso processo de exclusão e concentração da renda (potencializado pela terceira revolução tecnológica), uma vez que contribuirá para diminuir o desemprego, distribuir renda, preservar o meio ambiente e consolidar a democracia.

1.2 A EXPERIÊNCIA DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

No início dos anos 80, ganhou novamente visibilidade no espaço público o debate em torno da Reforma Agrária, impulsionado pelos conflitos que cresceram na década de 70, envolvendo principalmente "posseiros", e, num segundo momento, pelas ocupações de terras que passaram a ocorrer com maior intensidade no sul do país e que foram centrais na constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Os assentamentos de trabalhadores decorrentes desses movimentos foram em número de 900 (no âmbito federal), e a eles pode ser acrescido um número impreciso, em termos de dados oficiais, de assentamentos realizados por governos estaduais, através de outros mecanismos de obtenção de terra que não a desapropriação por interesse social (instrumento exclusivo do governo federal).

No entanto, a expansão destes assentamentos rurais na década de 80 está longe de indicar um processo de Reforma Agrária em curso, visto que essas experiências se constituíram a partir de uma lógica de política governamental que tinha por eixo evitar

tensões sociais e não realizar transformações significativas na estrutura agrária do país. Assim sendo, as desapropriações não seguiram um plano prévio, envolvendo, por exemplo, localização estratégica dos assentamentos frente à existência de mercados para os produtos que seriam gerados, apoio financeiro, sanitário e educacional consistentes, etc. As intervenções fundiárias foram antes de mais nada pontuais, dispersas, desarticuladas, seguindo muito mais a lógica da possibilidade de obtenção de terras, segundo a gravidade dos conflitos existentes e/ou a importância e capacidade de se fazer valer dos interesses envolvidos.

No Estado de São Paulo, o processo de implantação dos assentamentos, na década de 60, deu-se com a implantação dos assentamentos da Fazenda Capivari, em Valinhos, e da Fazenda Santa Helena, em Marília, enquanto partes de um projeto maior, a “Reforma Agrária Paulista” do Governo Carvalho Pinto (Lei de Revisão Agrária de São Paulo n 5994 de 31 de dezembro de 1960).

No âmbito federal com o Governo Castelo Branco houve a promulgação do Estatuto da Terra (lei n 4504 de 30 de novembro de 1964) onde a Reforma Agrária foi definida como “um conjunto de medidas que visa promover uma melhor distribuição da terra, mediante modificação no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”. Através do Estatuto da Terra foram implantados no estado de São Paulo os assentamentos da Fazenda Rebojo, no município de Estrela do Norte, e também o assentamento na Fazenda Primavera situada nos municípios de Castilho, Nova Independência e Andradina.

Na década de 70, são realizados assentamentos mais em decorrência da construção de barragens e pela aglutinação de ribeirinhos, trabalhadores bóias-frias e trabalhadores expulsos das fazendas desapropriadas para construção de barragens, do que pelo processo de Reforma Agrária, que se encontrava estagnado. Nessa mesma década resurgem as cobranças por uma Reforma Agrária efetiva, colocando a discussão novamente em pauta, principalmente pela pressão exercida pelo Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela realização do III Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1979. Essa

retomada dos movimentos de reivindicação pela terra associada ao processo de redemocratização da sociedade, trouxe de volta à agenda das Políticas Públicas a questão da Reforma Agrária, como dito anteriormente.

No estado de São Paulo a partir de 1982 com o Governo Franco Montoro, define-se uma política estadual de Valorização das terras Públicas (Lei estadual n 4957 de 30 de dezembro de 1985) e um Programa de Regularização Fundiária elaborada para enfrentar os conflitos de terras no Vale do Ribeira e no Litoral Paulista, o que resultou a implantação de 15 núcleos de Assentamentos entre 1983 e 1988 ocupando uma área de 8922 ha com 539 famílias assentadas.

1.3 A AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

Considerando esse ambiente, é imprescindível ter em mente o processo de implantação dos projetos de assentamentos rurais, como resolução concreta dos problemas agrários enfrentados pelo país, cujos resultados de curto e de longo prazos atenuariam consideravelmente a gravidade de muitos dos problemas sociais, certo de que as discussões em torno de sua forma e conteúdo não podem prescindir das lições do passado, nem muito menos deixar de atualizar seus pressupostos como mudança do padrão tecnológico, das forças atuantes no comércio internacional e a própria conjuntura interna.

Portanto, o que se coloca, é se os projetos de assentamentos agrícolas, entendidos como ação concreta de uma Reforma Agrária, são válidos no sentido de contribuírem para a solução dos problemas sócio-econômicos do país, o que, por sua vez exige, segundo alguns autores, um desenvolvimento sustentado, para que não recaia sobre o Estado a responsabilidade de sua manutenção.

Quanto à avaliação do desempenho sócio-econômico, os assentamentos de Reforma Agrária, quando analisados em relação ao seu caráter social, apresentam reflexos

positivos para a sociedade, no sentido de proporcionarem um melhor nível de vida, tanto nos grandes centros urbanos, com a diminuição da violência, do desemprego e da miséria, quanto nas regiões agrícolas, criando condições para uma maior fixação do homem no campo. Desse fato poucos discordam. Entretanto, quando se pensa na viabilidade econômica dos assentamentos de Reforma Agrária, entra-se num campo de intensos debates, no qual se encontram posições completamente opostas à realização desses projetos e também defensores da continuidade deles, que têm como grande apoio os resultados satisfatórios das pesquisas empíricas realizadas sobre a viabilidade econômica desses assentamentos.

Muitos adotam como referencial de desenvolvimento econômico dos assentamentos de Reforma Agrária, o nível de integração dos produtores no mercado, e a forma como essa integração se dá, ou seja, para ser viável economicamente tem que ser competitivo, produtivamente e comercialmente, pois só dessa forma é que se sobrevive no atual estágio de desenvolvimento capitalista. Conforme Castro (1994), “acreditamos que a pequena produção só poderia se desenvolver de forma integrada e moderna ao mercado capitalista. Fora desse espaço, quando muito, podemos encontrar bolsões de miséria e de subempregados que produzem sua subsistência em um baixo nível de vida”.

Os defensores do status quo, pregam a superioridade tecnológica da grande produção capitalista e sua capacidade de atender com eficiência toda demanda por alimentos e matérias-primas agrícolas. Entretanto, os custos associados à implantação de uma produção agrícola desse nível, seriam elevados (sem contar outros fatores, como o nível de educação requerida nessa forma de organização produtiva) e, seriam também elevados os esforços para garantir uma inserção adequada desses produtores no mercado, para que se tornem economicamente viáveis.

Partindo-se dessa visão, os assentamentos não encontram expressividade no que diz respeito à participação na produção nacional, e nem poderiam, dada a falta de recursos disponíveis, seja sob a forma de financiamentos governamentais, assistência técnica ou infra-estrutura social e produtiva. Entretanto, como insiste Reydon (1993), “num contexto de crise econômica, as pequenas propriedades devem ser pensadas juntamente com as

grandes propriedades”, ou seja, não dá para comparar formas de organização produtivas diferentes, ainda mais quando os propósitos de cada uma delas não são exatamente os mesmos, o que leva a concluir que a noção de eficiência e de viabilidade econômica devem ser muito bem articuladas com a estrutura organizacional e produtiva a qual pretende-se avaliar, para que não se incorra em erros metodológicos.

Como se observa, entretanto, para a realidade brasileira, a função desses assentamentos seria muito mais de participar da resolução dos problemas sócio-econômicos, com integração social destas famílias e uma melhor participação na renda, que possibilite um maior desenvolvimento futuro, do que se tornar empresas agrícolas competitivas e produtoras de substanciais acréscimos no PIB do país.

Pode-se considerar que, neste caso, “a integração desses produtores já é dada pelo próprio assentamento, uma vez que coloca-os no mercado de terras, no mercado de trabalho, no mercado de insumos agrícolas, ou seja, no sistema formador de preços, sendo que de outra forma estas famílias estariam condenadas à exclusão social” (Garcia Jr.-1994). Somado à esse fato, pode-se considerar o custo de oportunidade do trabalho dos assentados, que é muito mais elevado em relação ao trabalho do operariado urbano, para se concluir que os assentamentos de reforma agrária são viáveis economicamente, e que em muitos casos, chegam a “ser competitivos, uma vez dado o acesso à terra e apoio governamental, obtendo-se um desempenho semelhante aos latifúndios” (Zamberlam-1994)

O estudo realizado pela FAO-1992, que adota esse critério de “custos de oportunidade”, demonstra a viabilidade econômica dos assentamentos de Reforma Agrária: “Em síntese, os assentados conseguiram, num breve lapso de tempo, aumentar sua renda, progredir em termos sociais, acumulando um patrimônio bastante significativo relativamente ao seu capital inicial. Mesmo com um alto grau de diferenciação entre as famílias assentadas pode-se constatar que para resistir e sobreviver essas famílias lançam mão de estratégias através da combinação de diferentes fontes de renda”.

A observação de que os assentamentos geraram um padrão de distribuição de renda per capita melhor que o que se obtém no campo, vem reforçar a importância

política de se pensar rumos possíveis para a Reforma Agrária no processo de construção da cidadania no Brasil” (Bergamasco-1994).

Neste ponto, tem-se a questão de qual procedimento adotar para se demonstrar a viabilidade de um assentamento, ou seja, uma vez definida a estrutura produtiva e seus objetivos, nos quais será baseado o estudo, quais serão os critérios e as variáveis mais representativas para que se chegue à resultados consistentes sobre o estágio de desenvolvimento do assentamento.

O próprio estudo da FAO-1992 levantou muita controvérsia a respeito da metodologia empregada, dos conceitos utilizados e da abrangência do projeto. Entretanto, “o importante é que os autores explicaram com clareza quais foram os procedimentos adotados e, assim sendo, cremos que se pode extrair do documento (FAO-1992) informações importantes para nós estudiosos do tema “(Paulilo- debate FAO-1992). Os resultados obtidos através da tabulação e análise dos dados coletados por uma pesquisa amostral primária, são altamente representativas, uma vez que todas as críticas e discussões em torno das conclusões do trabalho não chegaram à invalidar nenhuma delas, mas antes de mais nada, contribuíram para um melhor entendimento da complexidade do tema, mostrando que a real compreensão da questão da viabilidade econômica dos assentamentos passa pela análise desses projetos e de todo o contexto no qual está inserido, considerando as várias óticas de estudo. A pesquisa amostral primária visa a coleta de informações quantitativas e qualitativas para a produção de indicadores sócio-econômicos, centrando especial atenção no sentido de coletar todos os dados necessários que permitam recompor a renda total das famílias. Dado que a variável renda é a soma de todas as rendas obtidas pela família do agricultor, pode-se considerá-la um bom indicador do desempenho econômico tanto em termos de eficiência com em termos comparativos (i. é., custos de oportunidade).

Só para termos uma idéia das divergências sobre a metodologia empregada na mensuração do desenvolvimento econômico, vamos expor as visões de dois autores que participaram do debate do relatório da FAO-1992.

Para Márcio Castro (debate-FAO-1992), o relatório da FAO apresenta problemas tanto em termos conceituais, como dos procedimentos analíticos. Ele não concorda com a forma pela qual se obteve a renda total, incluindo-se a renda de consumo (renda monetária) e, ainda mais, com as comparações realizadas com outras rendas derivadas de processos distintos. Castro observa outra inconsistência no que se refere à integração no mercado que, pelo relatório, “é fator primeiro de sucesso dos assentamentos”(FAO-1992), enquanto, por outro lado, é negligenciado com a homogeneização da renda.

Uma outra visão, defendida por Afrânio Garcia Jr., diverge substancialmente da idéia de Castro. Segundo Garcia, “o debate durante a mesa redonda sobre a distribuição de renda e acumulação, constitui a maior evidência do caráter decisivo das categorias de mensuração e de análise utilizados para estudar os modos de funcionamento e a dinâmica de exploração familiar”. Assim a renda de consumo inserida numa lógica contábil das empresas capitalistas, perderia toda sua importância enquanto indicador econômico, entretanto, se entendida nas especificidades da exploração agrícola, mostra toda sua relevância, pois estabelece “o conjunto de atividades que proporcionam aos grupos domésticos, os meios de sobrevivência” (Garcia Jr.,1992).

Em vez de se excluir a renda de consumo da análise do desenvolvimento econômico dos assentamentos, deveria-se tomá-la em conjunto com as demais formas de renda, analisando-se as relações entre elas e suas implicações à um maior ou menor desenvolvimento, pois curiosamente a renda de consumo, como pode parecer, não está associada à níveis de renda menores, sendo que, sempre as maiores rendas agrícolas são acompanhadas por elevadas rendas de consumo, o que evidencia a extrema relevância desse componente da renda no meio rural.

Como conclui Sônia Bergamasco em citação no debate da FAO-1992, “o debate entre pesquisadores e a realidade dos assentamentos tem demonstrado a impossibilidade de adoção de patamares de inteligibilidade desse processo circunscrito à rígidos marcos teóricos”, entretanto, “o estudo a partir de indicadores sócio-econômicos mostra que independente da possibilidade de sua interpretação divergente, há uma realidade riquíssima a ser analisada...”.

Dessa forma, o estudo do assentamento de Sumaré II dará continuidade à bem sucedida metodologia de análise desenvolvida pela FAO-1992, procurando dela extrair conclusões que esclareçam as condições nas quais se encontra os produtores beneficiados pelo projeto.

Para tentar completar essa realidade, um tanto quanto complexa, pode-se analisar a importância da disponibilidade de crédito tanto do setor público quanto do setor privado, no sentido de proporcionar um alavancagem tanto da produção quanto da comercialização desta produção.

Segundo Paulilo, o sucesso dos assentamentos deve-se em grande parte à presença de crédito, “se considerarmos a renda média no Brasil de 4,7 sal. mín. e a renda da pequena produção de 4,0 sal. mín., conclui-se que os assentamentos (de acordo com o relatório da FAO, 1992), em termos de renda, estão dentro dessa categoria, mesmo que decontando-se o auto-consumo. No entanto, a geração de renda esteve sobre grande influência de um fator exógeno, o crédito concedido pelo PROCERA, sem o qual não se alcançariam os mesmos patamares”.

Tanto quanto a oferta de crédito, as formas de organização e coordenação da produção e da comercialização dos produtos, são decisivas para o sucesso dos assentamentos. É só pensar, seguindo o relatório da FAO-1992, nos ganhos aos quais se chegariam se os produtores se organizassem a fim de acabar com a intermediação comercial à que estão submetidos. Esses ganhos elevariam a renda média dos assentamentos para 5,5 sal. mín. por mês. Em muitos casos a própria forma de organização específica da produção determina ou não o acesso ao crédito junto aos bancos privados, que exigem uma estrutura produtiva moderna e competitiva.

Segundo Sérgio Leite, 1992:

“O estudo das formas de organização da produção nos assentamentos (...) tem merecido especial atenção dos analistas, visto que suas implicações sobre o “sucesso” da produção frente às estruturas de mercado predominantes, assumem um papel significativo. E ainda mais, a integração financeira desses assentamentos mostra-se indispensável, uma vez que, dado o atual estágio de desenvolvimento da economia

agropecuária, padrão tecnológico e falta de capitalização inicial desses produtores, há grande dependência em relação aos créditos oficiais”.

Uma vez tomado o relatório da FAO-1992 como base de referência, será feito um levantamento das condições de financiamento específicas do assentamento estudado, dessa forma se acrescentará um novo fator à análise, o qual deverá indicar se há carência ou não de recursos financeiros para proporcionar um desempenho que, no mínimo, esteja na média encontrada entre os assentamentos do Brasil, registrada no relatório da FAO-1992. Caso o assentamento estudado não se enquadre entre os resultados obtidos pelo estudo da FAO-1992, ou seja, não demonstre viabilidade econômica, será tratado o porquê dessa ineficiência, sendo que está demonstrado que pode-se esperar um desenvolvimento positivo desses projetos de assentamentos, uma vez que tenham amparo.

CAPÍTULO 2

2.1 SUMARÉ II

Como dito anteriormente, o Governo Franco Montoro promoveu a implantação de 15 núcleos de Assentamentos entre 1983 e 1988 ocupando uma área de 8.922 ha com 539 famílias assentadas, e foi nesse contexto que se originou o assentamento de Sumaré II.

O processo de constituição do assentamento de Sumaré II (que na verdade foi um desdobramento do projeto inicial do Assentamento de Sumaré I e, portanto, com as mesmas origens) teve, desde o princípio, um forte empenho de coordenação e organização por parte das famílias envolvidas, na maioria trabalhadores rurais recém chegados à cidade, que se reuniam para tentar achar uma solução para a precária situação em que viviam.

Após terem contatos com outras experiências de assentamentos e com o acirramento da crise econômica, decidiram lutar por emprego e melhores condições de vida através de movimentos de ocupação de terras, sendo que o grupo inicial seria agora dividido em quatro subgrupos (Sumaré, Limeira, Nova Odessa e Nova Veneza), para uma melhor coordenação dos projetos, sendo ligados por um conselho central formado por lideranças de cada subgrupo.

O grupo de Sumaré, que era formado por cinquenta famílias, decidiu ocupar a Fazenda Tamoyo, em Araraquara/SP, que já se encontrava em processo de desapropriação, mas não obtiveram êxito. A segunda área escolhida para a ocupação foi um Horto Florestal de propriedade da FEPESA, em Araras, onde encontraram com outras famílias acampadas.

A partir desse momento que o Estado, através do Instituto de Assuntos Fundiários, começa a negociar com o grupo de Sumaré uma área para o assentamento das famílias, resultando na ocupação de uma área também da FEPESA, o Horto Florestal da Boa Vista, em Sumaré, formando o assentamento de Sumaré I, sendo a posse da terra concedida aos trabalhadores sob a forma jurídica de uma concessão de uso, conforme passou a prever o

Programa de Valorização de Terras Públicas (Lei Estadual n 4957 de 30 de dezembro de 1985), do então governo Franco Montoro.

Durante o ano de 1987, as famílias que formaram o assentamento de Sumaré II, num total de 26, começaram a transferir-se para a área determinada, depois de permanecerem por dois anos em estado precário, numa área de 101,5 ha numa região do “Horto Florestal da Boa Vista”, como dito anteriormente, de propriedade da FEPASA. Os lotes atuais possuem em média 2,6 ha por família, (contando com uma área não liberada de aproximadamente 320 ha), sendo 2,0 ha para o lote de produção e 0,6 ha para o lote de quintal, destinado à produção para abastecimento. Atualmente o assentamento localiza-se em uma área de 377 ha no município de Sumaré distante 120 Km da cidade de São Paulo.

Podemos colocar de uma forma esquemática a caminhada do Movimento dos Sem Terras de Sumaré II:

1985 - formação do grupo;

17/05/85 - entrada na terra;

27/05/85 - expulsão pela polícia militar;

29/05/85 - passeata em Campinas;

07/07/85 - ocupação e negociação na secretaria da agricultura;

25/07/85 - manifestação em São Paulo: Dia do trabalhador Rural;

26/07/85 - vitória do grupo, cessão da terra;

18/08/85 - retorno à terra conquistada e celebração ecumênica da vitória;

10/05/86 - fundação da associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Sumaré II.

Como todo assentamento de Reforma Agrária, o assentamento de Sumaré II guarda características próprias que refletem suas origens políticas e as particularidades da região.

Tanto o assentamento de Sumaré I como o de Sumaré II, têm a característica de estarem próximos à grandes centros urbanos e de apresentarem uma área, por módulo de terras cultiváveis, bem abaixo do padrão da região, sendo que no assentamento de Sumaré II, cada família conta com menos de três hectares de terra cultivável, o que por sua vez determina um tipo de ocupação da terra mais intensiva em capital e trabalho, para que se possa ter as mesmas condições de um crescimento sustentável e de uma inserção satisfatória no mercado.

Isso aponta, já de início, para uma dificuldade que está longe de ser resolvida, ou seja, a questão do padrão de financiamento que está disponível para esses produtores que, vale dizer, não se encontra especificada e nem tratada com a real importância que lhe cabe em nenhum projeto ou política direcionada para os assentamentos rurais até então implantados. Por enquanto, fica aqui registrada essa característica, importante para a compreensão do atual estágio de desenvolvimento do assentamento de Sumaré II, que será tratada com mais cuidado oportunamente.

Outra dificuldade encontrada pelas famílias agricultoras no assentamento de Sumaré II, baseia-se na baixa fertilidade do solo e, principalmente, na baixa disponibilidade hídrica, seja para o plantio, seja para o consumo, o que dá uma maior importância aos lotes do quintal, que neste caso localizam-se no limite geográfico do assentamento e também na área mais baixa e melhor servida de água, dada a proximidade de um riacho, que mesmo poluído é utilizado para as atividades produtivas irrigadas, estas realizadas nos lotes de produção (principalmente a fruticultura).

2.2 A PRODUÇÃO

O processo produtivo começou logo após a destoca dos eucalíptos, e num primeiro momento plantou-se milho, plantação esta acompanhada por técnicos que auxiliavam desde os cálculos de custeio até as melhores formas de se comercializar a

produção, sendo todo o processo, ou a maior parte dele, realizado coletivamente. No primeiro ano de assentamento teve-se um bom desempenho tanto no plantio do milho quanto na sua comercialização, sempre muito bem organizada e articulada com grupos locais e com o sindicato, o que estimulou seu plantio no ano seguinte.

Em 1990, resolveram plantar café, estimulados pelo seu preço (o preço do milho já não estava tão bom), e também por razões políticas e por questões de posse da área. Significativamente, a estratégia de se ter uma plantação de caráter permanente possibilitava uma maior estabilidade nos momentos de conflitos mais acirrados com as autoridades, uma vez que o processo de legitimação da posse não estava concluído.

Entretanto, de 1990 à 1994, as famílias se depararam com o problema de renda, uma vez que o plantio do café tem seu um ciclo bem mais demorado. Esse fato, somado à seca que se estendeu no último ano considerado levou os produtores à buscarem formas alternativas de empreendimentos, originando projetos baseados em três frentes: a irrigação, a diversificação e a fruticultura.

Os esforços dispensados com o projeto de irrigação, pelas próprias palavras dos produtores assentados, de certa forma atrasaram o desenvolvimento do assentamento, pois além de ser realizada de forma incompleta e mal planejada, serviu para desviar os escassos recursos que poderiam ser aplicados em outros projetos: “...Talvez se no lugar da irrigação, na época, tivesse feito o projeto de fruta, fruticultura, talvez hoje o assentamento tivesse em outro patamar”.

Em Sumaré II, a fruticultura foi iniciada da mesma forma e no mesmo programa do assentamento de Sumaré I, enquanto as mudas de goiaba, figo e acerola, que ainda não estão produzindo, seguem crescendo junto com as expectativas das famílias, mesmo considerando que a potencialidade da fruticultura do assentamento de Sumaré II seja bem menor que a do assentamento de Sumaré I.

Uma alternativa para esses produtores está sendo a comercialização dos produtos, produzidos nos lotes de quintal, na beira da estrada (como mandioca, quiabo, abobrinha, couve-flor, cenoura) que, somada à renda obtida com o milho verde, plantado no lote de produção, está dando fôlego enquanto a nova área que está sendo preparada para o plantio

de frutas não fica pronta, o que se espera que absorva, de forma produtiva, uma parcela considerável da mão-de-obra que hoje se encontra proletarizada fora do assentamento.

Quando se pensa à respeito do processo de educação dentro do assentamento de Sumaré II, deve-se tratá-lo de forma que esteja clara a forte relação entre as características básicas de qualquer movimento social que busca, através da luta pela terra, uma maior cidadania, dignidade e distância da miséria urbana, e a importância então atribuída à educação.

Em 1985, na ocasião da organização política do assentamento, a população era composta, entre outros, de ex-pequenos proprietários (19,2%), ex-parceiros (30,8%) e ex-arrendatários (15,4%), sendo metade dos pais de famílias analfabetos, o que dificultava a organização do projeto e limitava o alcance do retorno obtido nessa luta. O processo de aprendizado deveria ser compatível com as aspirações e a realidade dos assentados, sendo que em 1986 firmou-se um convênio entre a PUCC - Pontifícia Universidade Católica de Campina - através do departamento de Pedagogia e História, e o assentamento para o desenvolvimento de um projeto educacional para os adultos. Pelas palavras de Andrade (1993: 114) "O assentamento Sumaré II dispõe de uma escola emergencial: Escola Estadual de Primeiro Grau "Assentamento II" e oferece da primeira à quarta série do ensino fundamental. Está ligada à Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus André R. de Alquimim, em Sumaré".

Em 1988 foi criada uma comissão de Educação para viabilizar a construção de uma escola, concluída em 1989, em regime de mutirão. Em 1990, foi solicitado à Secretaria Estadual de Ensino um projeto de educação rural e que o Estado assumisse a escola, sendo que em 1991, 27 crianças estavam no primeiro grau, um aluno no segundo grau e dois cursando o nível superior e, em 1992, 35 crianças frequentavam escola de primeiro grau, quando se concluiu a construção da escola em alvenaria.

Apesar de, até 1996, nem o Estado nem a Prefeitura se interessarem em assumir a escola do assentamento, o que dificultou muito o acesso ao ensino, atualmente alguns jovens têm participado de cursos de férias - Cursos de Capacitação de Professores dos Assentamentos Rurais - realizado na UNESP de Presidente Prudente. A maioria dos

jovens do assentamento de Sumaré II já tem concluído o curso ginásial, sendo que, casos de analfabetismo não existem entre as crianças e a maioria dos adultos sabe ler e escrever.

Em relação à questão da saúde no assentamento de Sumaré II, nos primeiros dois anos do acampamento foi observado um grande número de doenças, dadas as condições precárias de alimentação, higiene e habitação, sendo que nesse período a Faculdade de Medicina da UNICAMP realizou um trabalho onde as famílias eram acompanhadas e orientadas sobre higiene, prevenção de doenças, esterilização da água e limpeza dos alimentos. Atualmente, tem-se a extinção da fome e da subnutrição, e vive-se agora confortavelmente, segundo depoimentos dos próprios assentados, que fazem, em média, seis refeições diárias; as doenças foram controladas, com o atendimento médico sendo feito pelo Hospital ou Centro de Saúde de Sumaré e pelo Hospital das Clínicas na UNICAMP, em Campinas; a mortalidade infantil foi praticamente erradicado e apenas o atendimento odontológico mostra-se mais precário, limitando-se à extrações.

O sistema habitacional encontrado no assentamento de Sumaré II é muito semelhante aos de outros assentamentos, sendo que os moradores vivem em uma pequena agrovila com 39 casas, algumas em alvenaria e outras em madeira, ou combinando alvenaria e madeira. As estradas que servem o assentamento estão em condições satisfatórias e, por se localizarem entre as cidades de Sumaré e Hortolândia, são bem servidos pela rede de transporte.

Dessa forma, dadas as condições vistas anteriormente, percebe-se a melhoria de vida dessas famílias em relação às suas perspectivas econômicas e sociais, que se refletem na fartura alimentar, nas moradias, na infra-estrutura dos projetos (apesar de extremamente insatisfatória), no sistema de saúde pelo qual são servidos e pelo fato de se ter uma forte intenção e perspectiva de melhoria, por parte dos assentados, o que os leva à continuar lutando pelo desenvolvimento do projeto.

Como dito anteriormente, apesar de estarmos longe de um processo de Reforma Agrária em curso, os assentamentos apresentam resultados bastantes significativos. Num plano mais geral, como coloca Neves (1995: 202), “o reconhecimento econômico e político do assentado demonstra que a vitória no jogo da concorrência pela aplicação da

política de Reforma Agrária, é de quem neles se empenha e procura fazer crer os seus efeitos; é de quem politicamente é capaz de relativizar a distância entre as intenções e as realizações”.

Os assentamentos não só geram empregos e, de alguma maneira , aumentam o nível de renda das famílias assentadas, com reflexos na economia municipal e regional, como também alteram em maior ou menor medida as relações de poder local. Certos de que toda a região ao redor de um assentamento rural sofre direta ou indiretamente os impactos da sua existência (da mesma forma que os assentamentos são influenciados pela região na qual está inserido), o estudo dos componentes da renda das famílias do assentamento de Sumaré II, proporcionará uma melhor compreensão de como a renda total gerada pelas famílias se divide entre a renda gerada dentro do assentamento, e a parcela da renda advinda do assalariamento da mão de obra rural.

Este estudo do assentamento de Sumaré II, tem como privilégio poder analisar as características específicas de um assentamento que está localizado muito próximo à grandes centros urbanos, fato esse que, certamente influencia nos resultados da pesquisa e pode levar a grandes diferenças em relação ao comportamento de um assentamento padrão, essencialmente agrícola.

2.3 O ESTUDO DA RENDA

Como dito anteriormente, a variável renda, por se tratar da soma de todas as rendas obtidas pela família do agricultor, pode ser considerada um bom indicador do desempenho econômico, de tal forma que o estudo da renda do assentamento Sumaré II seguirá a metodologia adotada pela FAO-1992, entretanto, com uma certa diferença em relação à análise dos resultados.

Como a inclusão da renda de autoconsumo para o cálculo da renda total causou muita controvérsia, este estudo irá abordar a renda total, com e sem a inclusão da renda de auto consumo.

Outro ponto que merece destaque na abordagem da FAO-1992, diz respeito aos preços considerados para se determinar os valores da produção e da renda. A FAO-1992, toma os preços praticados pelos produtores como referência para a renda de auto consumo, entretanto esse procedimento leva a uma subvalorização desse montante, uma vez que se os produtores fossem adquirir os produtos no mercado, certamente iriam comprá-los a um preço bem superior ao considerado.

Apesar dessa consideração, no assentamento de Sumaré II, a aquisição dos produtos consumidos se dá dentro do assentamento ou pelas vizinhanças, onde geralmente se praticam preços semelhantes aos considerados na venda dos produtos, sendo que desta forma não se está cometendo nenhum erro significativo ao considerar o preço de venda na determinação dos valores da renda de autoconsumo.

A questão do patrimônio, considerada no relatório da FAO, ao calcular a renda dos assentamentos, será abordada apenas como referência para a análise do nível de desenvolvimento produtivo das famílias do assentamento Sumaré II. Da mesma forma será considerado o crédito colocado à disposição dos assentados, seja de origem estatal ou privada.

A metodologia adotada consiste na realização de uma pesquisa do tipo primária, coleta de dados no campo, através de um questionário fechado (com algumas questões abertas), com uma amostra aleatória do tipo sistemático das famílias beneficiárias (pesquisa - anexo I).

Considerando a análise específica da renda das famílias do assentamento de Sumaré II, os esforços foram concentrados no sentido de coletar todos os dados necessários que permitissem recompor a renda total da família durante a safra 1996-1997. A fórmula de cálculo da renda e as prorratas de custos respectivas encontram-se no anexo II.

Do total de 26 famílias, foram tomadas 8 como amostra representativa (aproximadamente 30% da população total). Na escolha das famílias considerou-se dois critérios básicos: o número de pessoas e o nível de atividade/produção das famílias.

Além desses parâmetros, outros aspectos são relevantes para que se possa abranger toda a heterogeneidade do grupo, como por exemplo a existência de rendas externas ou não, e o tempo decorrido desde a instalação da família no assentamento. Dessa forma, selecionou-se as seguintes famílias (proprietário):

- Sr. Alcindo José Aparecido Pantaroti, lote 04.
- Sr. Antonio Segura, lote 05;
- Sr. Luis Antonio Savedra, lote 06;
- Sr. Luiz P. Silva, lote 09;
- Sr. Antonio R. de Barros, lote 10;
- Sr. Malvina, lote 19;
- Sr. Paulo de Godoy, lote 21;
- Sr. Mário Spriaficu, lote 29;

Com base nas diversas informações geradas pelos questionários familiares foi possível efetuar a recomposição de todas as fontes de renda das famílias durante o período considerado. Os diversos itens de renda foram agrupados nas seguintes categorias:

Renda Agrícola Líquida Monetária: É a renda obtida com a venda dos produtos agrícola, segundo os preços declarados pelos assentados, diminuída dos respectivos custos de produção, também avaliados pelos valores declarados nas entrevistas.

Renda Animal Líquida Monetária: É a renda obtida com a venda dos animais e derivados, diminuída dos seus correspondentes custos de produção (avaliação idem ponto anterior).

Renda de Autoconsumo: É a renda gerada pela atividade de consumo de sua própria produção. As quantidades consumidas (segundo declaração) foram avaliadas de acordo com os mesmos preços de venda da produção. Ou seja, trata-se da renda que o agricultor obterá se vendesse, ao invés de consumir essa parcela da produção.

Renda de Outros Trabalhos: Inclui-se aqui os salários obtidos com a remuneração por empregos temporários ou permanentes dos membros da família.

Rendas de Outras Receitas: São as vendas ocasionais de produtos não agrícolas, como por exemplo: madeira, carvão, extrativismo, pequeno comércio, artesanato.

Observando-se a tabela abaixo, pode-se ter uma idéia geral do comportamento da renda no assentamento de Sumaré II

RENDA MÉDIA DO ASSENTAMENTO SUMARÉ II - EM REAIS

Lote	Renda Agrícola Líquida	Renda Animal Líquida	Renda de Consumo	Renda de Outros Trabalhos	Outras Receitas	Renda Total	Renda Mensal
4	692,39	-	141,65	3.930,00	-	4.764,04	397,00
5	3.795,70	6.983,60	2.017,61	2.880,00	-	15.676,91	1.306,40
6	1.312,39	(44,33)	391,84	13.360,00	1.050,00	16.069,90	1.339,15
9	236,00	-	507,00	-	1.440,00	2.183,00	181,91
10	2.987,70	(60,00)	-	-	3.600,00	4.601,70	383,47
19	2.448,00	11,80	108,00	3.120,00	1.440,00	7.127,80	593,98
21	4.862,00	-	-	8.640,00	600,00	14.102,00	1.175,16
29	176,00	-	102,00	-	1.440,00	1.718,00	143,16
SUMARÉ II (média)	2.063,77	861,38	408,51	3.991,25	1.196,25	8.280,42	690,03
Em Salários Mínimos	17,20	7,18	3,40	33,26	9,97	69,00	5,75

fonte: pesquisa de campo.

Pode-se observar acima, que a renda mensal média gerada por uma família de beneficiários da reforma agrária, em Sumaré II, foi de 5,7 salários mínimos por mês, contra os 3,7 salários mínimos do relatório da FAO 1992.

Esse resultado revela-se bastante significativo se comparado com a média salarial da população de baixa renda da cidade ou com a média de renda do setor rural.

REMUNERAÇÃO MENSAL DE MÃO DE OBRA RURAL - EM SALÁRIOS
MÍNIMOS

Regiões	Remuneração de mensalista (FGV)	Remuneração mensal média (FGV) (1)	Renda Média Mensal Trabalhador (2)
SU	1,06	2,02	2,23

fonte: FGV/IBE (CEA), Set. 1991.

(1) Administrador, capataz, tratorista e mensalista.

(2) FAO/MARA - 1991.

Conforme os cálculos e estimativas realizadas no Brasil com base nos dados do IBGE (Hoffmann, 1993), estabelecem a linha de pobreza em um salário mínimo por família, de tal forma que, em média, o assentamento de Sumaré II está acima tanto da renda familiar da região Sudeste quanto a do Brasil.

RENDA FAMILIAR EM SALÁRIOS MÍNIMOS

Regiões	Renda Média Familiar (1)	Renda Média Familiar (2)
U	3,77	5,62
Brasil	3,82	3,70

(1) HOFFMANN, R. Economia e Sociedade, vol. 5, nº 3 1985, p56

(2) FAO/MARA - 1991.

Até em relação ao relatório da FAO-1992, o assentamento de Sumaré II supera em muito a média de renda, tanto da região Sudeste, quanto do Brasil.

Podemos fazer uma relação entre a participação de cada atividade principal dos assentados na renda total.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA RENDA POR ATIVIDADES (%)

Lote	Renda Agrícola Líquida	Renda Animal Líquida	Renda de Consumo	Outros Trabalhos	Outras Receitas	Renda Total
4	14,5	0,0	3,0	82,5	0,0	100,0
5	24,2	44,5	12,9	18,4	0,0	100,0
6	8,2	-0,3	2,4	83,1	6,5	100,0
9	10,8	0,0	23,2	0,0	66,0	100,0
10	64,9	-1,3	0,0	0,0	78,2	100,0
19	34,3	0,2	1,5	43,8	20,2	100,0
21	34,5	0,0	0,0	61,3	4,3	100,0
29	10,2	0,0	5,9	0,0	83,8	100,0
SUMARÉ II (média)	25,214442	5,3916087	6,1198577	36,130119	32,375735	100

fonte: pesquisa de campo.

Conforme o levantamento da FAO-1992, a renda das famílias ao nível do Brasil está distribuída, em média, da seguinte forma: 37% de renda monetária agrícola e animal (22% + 15%), ou seja, a renda gerada pela participação dos beneficiários no mercado; 37% de renda de autoconsumo e aproximadamente 26% de rendas geradas por assalariamento e outras atividades das famílias (11,17% + 14,67%).

O estudo do assentamento de Sumaré II resultou, comparativamente, em 30,6% de renda monetária agrícola e animal (25,21% + 5,39%); 6,11% de renda de autoconsumo e aproximadamente 68,5% de rendas geradas pelo assalariamento e por outras atividades.

Comprova-se assim que uma das características das estratégias de sobrevivência dessas famílias baseia-se na combinação de diversas fontes de renda. Entretanto, uma das características mais peculiares desse assentamento decorre da proximidade à grandes centros urbanos, de tal forma que nessa estratégia de combinação de rendas, tem-se uma grande influência da proletarianização da mão de obra rural.

A lógica de auto consumo, entendida como um consumo sazonal dos produtos de sua própria plantação que teriam que ser comprados no mercado, amplamente observada nos assentamentos analisados pela FAO-1992, tem importância restrita no caso de Sumaré II, conforme será analisado adiante mais detalhadamente. Como dito anteriormente, os preços considerados foram os mesmos da venda da produção, entretanto, sem causar grandes distorções.

A sazonalidade da produção agrícola explica relativamente pouco a relação que os assentados estabelecem com o mercado de trabalho. Isso ocorre devido a fatores próprios do assentamento de Sumaré II, que têm maior influência sobre a decisão de procurar empregos assalariados fora do assentamento, entre eles o tamanho insuficiente dos lotes familiares, para ocupar toda mão de obra de uma família considerada de tamanho médio, e a proximidade de grandes centros urbanos que atraem os beneficiários.

Essa parcela de renda advinda do trabalho assalariado, no caso de Sumaré II, apesar de complementar a renda da família, não pode ser considerado como simplesmente uma fonte de emprego temporário, pois em muitos casos configura-se como a principal fonte de renda da família.

A discussão que se coloca é se o assentamento de Sumaré II se configura como uma unidade produtiva, ou como reservatório de mão de obra ou local para moradia. Como observado pelos dados dispostos acima, a produção agropastoril interna do assentamento situa-se em patamares próximos ao observado nos assentamentos do Brasil, pelo levantamento realizado pela FAO-1992.

Um aspecto a ser sublinhado, é de que, conforme relatório da FAO/MARA 1992, as famílias bem sucedidas se dedicam quase integralmente às atividades agrícolas, pecuária e de autoconsumo (que também é uma atividade agrícola e pecuária), e de forma

integrada ao mercado, o que permite aumentar a renda de uma forma mais eficiente do que produzindo pouco e destinando a família a trabalhar de forma assalariada ou realizando outras atividades não agrícolas. Dessa maneira, as famílias que menos produzem são as que têm acesso a maiores rendas exógenas à agricultura. Esta constatação, entretanto, não permite afirmar nenhuma relação de causalidade entre a existência de outras rendas e a baixa produtividade agrícola, nem vice-versa.

Novamente associa-se integração ao mercado com experiências bem sucedidas. Entretanto, existem outros fatores que influenciam na maneira como se dá a relação, ou na melhor forma de se articular as várias atividades que estão potencialmente disponíveis para o assentado.

O caso de Sumaré II exemplifica muito bem uma situação contrária à descrita pelo relatório da FAO 1992 (sem desconsiderar a grande importância, claramente percebida pelos beneficiários desse assentamento, da integração eficiente ao mercado), uma vez que não se pode fazer uma simples relação de causalidade entre a renda de autoconsumo e/ou rendas externas à produção agropastoril, e o grau de desenvolvimento das famílias beneficiadas com o assentamento. Como discutido anteriormente, o assentamento de Sumaré II possui características específicas que não permitem que o classifiquemos nos moldes convencionais de um assentamento rural.

Para uma melhor compreensão da realidade do assentamento de Sumaré II, e da sua heterogeneidade interna (entre as famílias), têm-se a seguir uma análise detalhada das categorias de renda apresentadas anteriormente.

Renda Agrícola Líquida Monetária:

Conforme se observa na tabela abaixo, no assentamento de Sumaré II, em média, a renda agrícola corresponde à 25,21% da renda total. Comparativamente aos resultados obtidos pela FAO 1992, em relação à média no Brasil (22,03%) e na região Sudeste (30,55%), observa-se que o assentamento de Sumaré II está situado na média desses valores.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE RENDA POR ATIVIDADE (%)

Lote	Renda Agrícola Líquida	Renda Total
	14,5	100,0
	24,2	100,0
	8,2	100,0
	10,8	100,0
0	64,9	100,0
9	34,3	100,0
1	34,5	100,0
9	10,2	100,0
UMARÉ II (média)	25,214442	100

fonte: pesquisa de campo.

Quando tomamos as famílias do assentamento de Sumaré II individualmente, percebemos que a participação da renda agrícola na composição da renda total varia muito.

Considerando as quatro famílias que têm a maior participação da renda agrícola no seu orçamento, a média é de 39,25% em relação à renda total. Entretanto, a participação média da renda agrícola entre as famílias que têm a menor percentagem dessa renda chega a 11,0% da renda total. Ou seja, há uma grande heterogeneidade dentro do assentamento, que é melhor percebida comparando os resultados anuais de produção agrícola (em valores absolutos) de cada família, conforme a tabela abaixo:

REND A AGRÍCOLA LÍQUIDA

Lote	renda Agrícola Líquida
4	692,39
5	3.795,70
6	1.312,39
9	236,00
10	2.987,70
19	2.448,00
21	4.862,00
29	176,00

fonte: pesquisa de campo.

Conforme os resultados, há três casos de famílias que têm um baixo aproveitamento da terra á disposição. Entretanto, em dois casos, essa deficiência em relação aos ganhos com a produção agrícola, decorrem de situações específicas enfrentadas pelas famílias.

O primeiro caso é o do produtor Sr. Alcindo José (lote 04). A sua baixa produtividade agrícola deveu-se aos altos custos empreendidos com a formação de uma plantação de goiaba, manga e jabuticaba. Conforme o produtor, o retorno que pretende obter desse investimento deverá ser suficiente para cobrir a atual dívida de CR\$ 3.673,00, recurso este empregado nessa nova plantação, além de proporcionar um rendimento extra que irá estabilizar as receitas pelo menos nos patamares médios de renda agrícola desse assentamento.

O segundo caso é muito semelhante ao primeiro. O Sr. Mário (lote 29) tem investido CR\$ 3.000,00 numa plantação de goiaba, que segundo ele, irá proporcionar uma folga no orçamento a ponto de vir a ser a única fonte de renda dessa família. Outro característica dessa família é a experiência já adquirida com a plantação de goiaba no

município de Valinhos, fator relevante ao se considerar as projeções otimistas do produtor.

Além desse problema de amadurecimento do investimento com a plantação de goiaba, que explica uma parte da reduzida renda agrícola obtida pelo Sr. Mário, outro problema enfrentado foi a falta de prática com hortigranjeiros, o que levou a grandes perdas com plantações de pimentão e de couve-flor.

O terceiro caso é o do Sr. Luiz P. (lote 09). Neste caso, a baixa produção agrícola em relação à média do assentamento, deve-se à própria estratégia e cultura do produtor em relação ao manejo da terra.

Mesmo considerando o ano de baixa produtividade agrícola para os produtores citados, podemos constatar que na média o assentamento teve uma renda agrícola de 17,20 salários mínimos, contra 20,61 salários mín. da região Sudeste, e 9,78 sal. mín. do Brasil (dados FAO-1992), o que nos confirma uma estratégia de sobrevivência com uma participação considerável da renda agrícola.

Renda Animal Líquida Monetária:

Em comparação com os dados levantados pela FAO-1992, em relação à média da renda animal na região Sudeste (7,01 sal. mín.) e à média do Brasil (6,71 sal. mín.), o assentamento de Sumaré II, com 7,17 salários mínimos, está acima da média considerada.

RENDAS ANIMAIS LÍQUIDAS

Ordem	Renda Animal Líquida
1	-
2	6.983,60
3	(44,33)
4	-
5	(60,00)
6	11,80
7	-
8	-

fonte: pesquisa de campo.

Entretanto, essa conclusão pode levar a uma falsa idéia da produção animal no assentamento de Sumaré II, uma vez que das oito famílias entrevistadas apenas uma tem uma renda animal considerável (CR\$ 6.983,00), além de percebermos que não é de costume desse grupo dar muita atenção para a produção animal (seja pelas condições físicas do terreno, seja pela cultura dos assentados). Desta forma, temos que apenas duas famílias têm renda animal líquida positiva e, dessas duas, uma delas tem um rendimento de apenas CR\$ 11,80 ao ano!

A participação da renda animal no orçamento total das famílias representa, em média, 5,39%, sendo muito baixa em relação à média da região Sudeste (10,39%) e do Brasil (15,12%), confirmando a colocação anterior.

Renda de Autoconsumo:

A renda de autoconsumo tem pouca importância para as famílias do assentamento de Sumaré II, sendo que das oito famílias entrevistadas, sete apresentam o mesmo baixo padrão de autoconsumo, e apenas uma tem uma renda de autoconsumo elevada, que por

coincidência é a mesma família que tem a maior criação de animais, Sr. Antonio S., proprietário do lote05, que já tinha uma experiência na criação de gado

A discussão colocada anteriormente a respeito da coerência ou não de se imputar a renda de autoconsumo no cálculo da renda total, pode ser considerado como irrelevante neste caso, dada a baixa participação dessa renda na composição da renda total (6,11% na média). Conforme a tabela abaixo:

RENDAS DE AUTOCONSUMO (%)

ote	enda de Consumo	Renda Total
	3,0	100,0
	12,9	100,0
	2,4	100,0
	23,2	100,0
0	0,0	100,0
9	1,5	100,0
1	0,0	100,0
9	5,9	100,0
UMARÉ II (média)	,1198577	100

fonte: pesquisa de campo.

Não considerando a renda de autoconsumo:

RENDAS TOTAL SEM AUTOCONSUMO

Lote	Renda de Consumo	Renda Total com Autoconsumo	Renda Total sem Autoconsumo
4	141,65	4.764,04	4.623,39
5	2.017,61	15.676,91	13.659,30
6	391,84	16.069,90	15.678,06
9	507,00	2.183,00	1.676,00
10	-	4.601,70	4.061,70
19	108,00	7.127,80	7.019,80
21	-	14.102,00	14.102,00
29	102,00	1.718,00	1.616,00

fonte: pesquisa de campo.

RENDAS TOTAL COM AUTOCONSUMO

	Renda Total com autoconsumo	Renda Mensal com autoconsumo
SUMARÉ II (média)	8.280,42	690,03
Em Salários Mínimos	69,00349	5,7502396

fonte: pesquisa de campo.

RENDA TOTAL SEM AUTOCONSUMO

Lote	Renda Total sem autoconsumo	Renda Mensal sem autoconsumo
SUMARÉ II (média)	7.804,53	650,37
Em Salários Mínimos	65,03	5.41975

fonte: pesquisa de campo.

Sem a renda de autoconsumo, vemos que os resultados se alteram muito pouco, passando de uma renda mensal média de 5,7 sal. mín. para 5,4 sal; mín., o que prova a não essencialidade dessa renda para o assentamento considerado.

Pela amostra das famílias, não é possível fazer uma relação entre o nível de produção e a porcentagem da renda que advém do autoconsumo, de tal forma que a parcela da produção destinada ao consumo varia de acordo com as necessidades de cada família e das estratégias de cada produtor.

Renda de Outros Trabalhos:

Aqui se tem a característica mais peculiar desse assentamento. Se compararmos a porcentagem da renda total do assentamento de Sumaré, que é explicada pela renda de outros trabalhos, com outros levantamentos, principalmente o da FAO-1992, veremos a importância dessa fonte de renda para as famílias beneficiadas desse assentamento. Conforme tabela abaixo:

RENDA DE OUTROS TRABALHO (%)

Lote	Outros Trabalhos	Renda Total
4	82,5	100,0
5	18,4	100,0
6	83,1	100,0
9	0,0	100,0
10	0,0	100,0
19	43,8	100,0
21	61,3	100,0
29	0,0	100,0
SUMARÉ II (média)	36,130119	100

fonte: pesquisa de campo.

Em Sumaré II, a renda de outros trabalhos chega a representar 36,13% da renda total. Como dito anteriormente, esse fato pode ser explicado a partir de duas constatações básicas: a proximidade do assentamento a grandes centros urbanos e a baixa área por módulo de produção destinada para cada família.

Entretanto, não se pode entender o movimento de assalariamento, dentro do assentamento de Sumaré II, pela simples relação com a sazonalidade da produção agrícola, dados os argumentos anteriores. Dessa forma, a ocupação da mão de obra fora do assentamento não pode ser considerada como temporária, mas como uma fonte vital para a manutenção da família assentada.

Comparando os valores absolutos da renda de outros trabalhos do assentamento de Sumaré II com os dados levantados pela FAO-1992. Temos que em Sumaré II ela chega a 33,26 salários mínimos em média por família, enquanto temos 6,41 sal. mín. para a região Sudeste e 4,96 sal. mín. como média para o Brasil.

Através da análise desses indicadores podemos ter uma noção do processo de proletarianização que envolve o espaço agrícola considerado, lembrando que essa discussão atinge todo projeto de assentamento agrícola (ou melhor dizendo, assentamento rural) a nível nacional, dados os reflexos que as mudanças no cenário econômico nacional (e mundial) transmitem para a relação do produtor rural com sua fonte de renda.

Em termos absolutos, o rendimento familiar composto pelo assalariamento varia de família para família, de tal forma que, para se compreender as diversas situações, deve-se estudá-la individualmente. Entretanto podemos ter certeza da sua importância e da sua predominância na vida dessas famílias.

Renda de Outras Receitas:

Essa é outra fonte de renda muito importante para o assentamento de Sumaré II, uma vez que representa em média 32,37% da renda total das famílias selecionadas.

Se compararmos com os dados levantados pela FAO-1992, temos que no Brasil a renda de outras receitas representa em média 14,67% da renda total, e na região Sudeste 13,53%. Entretanto, esse resultado apresenta um viés pelo fato de se ter famílias entrevistadas que apresentavam um baixo aproveitamento produtivo do lote ao mesmo tempo que compunham sua renda com uma parte considerável de outras receitas. Esse ponto ficará melhor esclarecido se tomarmos o valor absoluto das outras receitas auferidas pela amostra analisada. Dessa forma, temos:

RENDAS DE OUTRAS RECEITAS

Lote	Outras Receitas	Renda Total	Renda Mensal
4	-	4.764,04	397,00
5	-	15.676,91	1.306,40
6	1.050,00	16.069,90	1.339,15
9	1.440,00	2.183,00	181,91
10	3.600,00	4.601,70	383,47
19	1.440,00	7.127,80	593,98
21	600,00	14.102,00	1.175,16
29	1.440,00	1.718,00	143,16
SUMARÉ II (média)	1.196,25	8.280,42	690,03
Em Salários Mínimos	9,97	69,00	5,75

fonte: pesquisa de campo.

Dessa forma temos que, da renda total de CR\$ 66.243,36, apenas CR\$ 9.570,00 são provenientes de outras receitas, ou seja, no assentamento de Sumaré II, em média, uma família obtém 9,97 salários mínimos, contra 4,13 sal. mín. da região Sudeste e 6,51 sal. mín. como média do Brasil.

Considerando as rendas advindas de atividades extra produção propriamente dita (renda de outros trabalhos e outras receitas), percebemos que elas cumprem um papel homogeneizador, no sentido de diminuir as diferenças entre as famílias no que diz respeito ao nível de atividade produtiva, sua produtividade e sua inserção no mercado.

Temos um caso específico, do Sr. Antonio S., proprietário do lote 10, na qual a renda de outras receitas advém de uma mercearia localizada dentro do assentamento, destacando-se das demais famílias da amostra.

Entre as outras cinco famílias que também têm rendas de outras receitas, observa-se uma certa homogeneidade, sendo que na média uma família obtém por ano cerca de CR\$ 1.194,00.

CONCLUSÃO

O estudo dos componentes da renda das famílias do assentamento de Sumaré II possibilitou chegarmos a duas importantes conclusões.

A primeira conclusão relevante, refere-se ao desempenho econômico do assentamento de Sumaré II. Como colocado anteriormente, a renda mensal média gerada por uma família desse assentamento supera em muito a renda mensal média estimada pela FAO (1992) para os assentamentos da região Sudeste e para o país como um todo. Mesmo não considerando a renda de autoconsumo na estimativa da renda total das famílias desse assentamento, percebemos que a renda mensal média ainda continua significativamente superior à média da renda mensal encontrada por outros estudos.

Entretanto, ao analisarmos os resultados referentes à renda das famílias do assentamento de Sumaré II, devemos ter em mente certas especificidades, que interferem em grande medida no processo de desenvolvimento econômico das famílias desse assentamento.

Uma das principais diferenças desse assentamento em relação as outras experiências, é a reduzida dimensão dos módulos de terras cultiváveis destinado para cada família, menos de três hectares, sendo que, em média, os assentamentos apresentam módulos com sete hectares para cada família assentada. As implicações desse fator no processo de geração de renda são claramente limitantes, pois nas palavras de um assentado, “se eu tivesse mais um pedaço de terra, plantaria tudo para aumentar meus rendimentos”.

A limitada área do lote destinado para cada família, também gera dificuldades no que diz respeito à ocupação da mão de obra familiar disponível, principalmente nas entre-safras, explicando em parte o processo de assalariamento dos integrantes das famílias assentadas. Outro problema decorrente da reduzida disponibilidade de terras, é o custo elevado que os produtores enfrentam ao tentarem introduzir tecnologias intensivas em capital para melhorar sua competitividade frente outros produtores que disfrutam de uma maior área disponível para o cultivo.

O assentamento de Sumaré II também enfrenta problemas em relação à má qualidade de suas terras e à baixa disponibilidade hídrica. Isso aponta, já de início, para

maiores custos de produção e menor produtividade, o que ,certamente, influi negativamente no nível de renda auferida pelas famílias produtoras.

Portanto, quando consideramos os resultados em relação ao desempenho econômico do assentamento de Sumaré II, e concluimos que as famílias apresentam um resultado um tanto quanto satisfatório, não podemos esquecer de ponderar essas dificuldades expostas anteriormente, pois , certamente, os resultados seriam bem diferentes caso as famílias tivessem, pelo menos, terras suficientes para desenvolverem todo o potencial que lhes é merecidamente atribuído.

A segunda conclusão importante que podemos tirar desse estudo, decorre da particular forma pela qual as famílias do assentamento de Sumaré II compõem sua renda total, de forma a atingir o patamar médio observado de 5,7 salários mínimos por mês, e, portanto, como elas aproveitam todas as oportunidades disponíveis para complementar sua renda.

A renda total das famílias do assentamento de Sumaré II, é composta por aproximadamente 39% de receitas provenientes de trabalhos desvinculados da produção agropastoril no interior do assentamento, ou seja, uma boa parte da renda é gerada fora da unidade produtiva, configurando-se ,principalmente, como renda de trabalho assalariado urbano.

Retomando os argumentos do prof. Graziano (1997), “Concluimos que já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário. Há um conjunto de atividades não agrícolas, tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou atividades econômicas), o comércio e a indústria, que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro”.

Considerando a argumentação acima, percebemos que a dinâmica interna do assentamento de Sumaré II acompanha bem de perto essa nova tendência observado no meio rural brasileiro.

Qualquer avaliação do desempenho econômico desse assentamento deve considerar essa parcela da renda, independente do conceito original de assentamento



agrícola, que, por um lado, define-os como uma unidade produtora de base familiar direcionada para a sustentabilidade adquirida através da produção estritamente agropastoril e, de outro, condena qualquer outra forma de geração de riqueza por parte das famílias beneficiadas, para que essas áreas não se tornem apenas locais de moradia e reservatórios de mão de obra.

Com o exemplo específico do assentamento de Sumaré II, percebemos a importância de uma nova redefinição dos objetivos últimos dos assentamentos rurais, pois, uma vez que, as famílias assentadas conseguem melhorar seu nível de vida, não vem ao caso perder muito tempo com a discussão a respeito da forma como elas o fazem, mas sim compreender as atuais transformações nas relações econômicas entre os agentes sociais e a presente situação sócio-econômico do país para que sejam formuladas políticas agrárias condizentes com essa nova realidade já concretizada nos países mais avançados, e que provavelmente se consolidará no Brasil, a exemplo das mudanças já observadas no assentamento de Sumaré II.

ANEXOS

Questionário Familiar

Família nº : _____

Nome do assentamento : _____ Estado : _____

1. Características gerais :

1. Datos sobre a familia :

Tabella 1

[illegible]

2. Dados sobre a propriedade :

Área que possui : _____ ha.

Características :	Mata/floresta	___ ha.	Fertilidade :	Boa	___ ha.
	Área plana	___ ha.		Regular	___ ha.
	Varzea	___ ha.		Ruim	___ ha.
	Cerrado	___ ha.			

5.3. Financiamento da produção :

Tabela 8[illegible]

1. Divida anual: Cr\$ _____

2. Qual o saldo de sua poupança atual : Cr\$ _____

5.4. Plantio e produção. Safra

Table 9

[illegible]

Tabela 9 (cont.)

[illegible]

5.4.1. Sofreu problemas de :

excesso de chuvas	☐ Sim	☐ Não
falta de chuvas	☐ Sim	☐ Não
pragas	☐ Sim	☐ Não
outros	☐ Sim	☐ Não

5.5. Custos de produção da safra agrícola :

Tabela 10

Itens de custo	Unid. de medid.	Produto :			Produto :			Outros		
		Quant. usada	Valor unit. atual	Data	Quant. usada	Valor unit. atual	Data	Quant. usada	Valor unit. atual	Data
Adubo químico										
Adubo orgânico										
Calcário										
Inseticida										
Fungicida										
Herbicida										
Sementes										
Aluguel de máquinas										
Combustível										
Beneficiamento										
Embalagem										
Transporte										
Outros										

Contratou mão de obra na última safra ? ☐ Sim ☐ Não

Tabela 11

Empregado	Permanente			Temporário		
	Tempo de contratação	Salário atual	Para que tarefas ?*	Período de trabalho	Diária/salário atual	Para que tarefas ?*
1º						
2º						
3º						
4º						
5º						

* Tarefas : 1) Preparo da terra; 2) Cuidados da terra; 3) Colheita; 4) Comercialização

5.6. Safra e plano de produção para safra

Tabela 12

Produtos principais	Unidade de medida (sacas -)	Safra		Plano de produção	
		Área	Quant. colhida	Área plantada	Quant. prevista

5.7. Produção animal em

Tabela 13

Animal	Estoque Inicial	Nascidos	Comprados	Perdas	Consumidos	Vendidos	Data	Preço venda	Estoque final

5.8. Derivados da produção animal

Tabela 14

Itens	Unidades	Produção	Consumo	Venda	Preço unit.	Data venda
Ovos						
Manteiga						
Queijo						
Leite						
Banha						
Outros						

5.9. Custos da produção animal

Tabela 15

Itens	Unidade de medida	Quantidade usada	Valor unitário atual	Data
Rações				
Forragens				
Pastagens				
Vacinas				
Remédios				
Outros				

6. Outras produções ou receitas :

- 1) Listar os salários ganhos em _____ em atividades fora da propriedade.

Tabela 16

Membros da família	Quant. meses trabalhados	Último salário recebido	Data	Atividade principal
Proprietário				
Esposa				
1º filho				
2º filho				
3º filho				
4º filho				
5º filho				
6º filho				
1º agregado				
2º agregado				

* (Usina, indústria, fazenda, comércio, pequeno produtor, agroindústria, serviço doméstico, órgão público)

2. Receitas obtidas com outras atividades

Tabela 17

Outras receitas	Cr\$	Data
Extrativismo		
Madeira		
Castanha		
Borracha		
Gatimpo		
Venda de plantas		
Artesanato		
Aluguéis de casa		
Doações de parentes		
Lucros de atividade comunitária		
Aposentadoria/pensão		
Vendedor		
Outras receitas		

10. Problemas :

1. Quais os problemas que enfrenta atualmente :

- | | |
|--|--|
| ☐ Seca | ☐ Saúde |
| ☐ Enchente | ☐ Educação |
| ☐ Pragas | ☐ Titulação |
| ☐ Pouca terra | ☐ Relacionamento com as autoridades |
| ☐ Terra ruim | ☐ Organização do assentamento |
| ☐ Estradas de escoamento | ☐ Sementes de qualidade inferior |
| ☐ Transporte | ☐ Falta de implementos agrícolas |
| ☐ Armazenagem | ☐ Doenças nos animais |
| ☐ Demarcação topográfica do lote | ☐ Falta de recursos financeiros |
| ☐ Não liberação de recursos na data certa | |

2. Diga os três principais problemas enfrentados :

1. _____

2. _____

3. _____

Nome do entrevistador : _____

Endereço : _____ Tel : _____

Data : ____/____/____.

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO DA EXPLORAÇÃO FAMILIAR

INVENTÁRIO DA TERRA

Área Total do Lote: _____ ha.

Área Total do Quintal: _____ ha.

Área Total: _____ ha.

especificação	área (ha)	valor declarado (CR\$)	Valor de mercado (CR\$)	Fonte	Quintal ou Lote?
matas naturais					
matas artificiais					
pastagens naturais					
pastagens artificiais					
culturas temporárias					
culturas permanentes: especificação e idade					
outros (estradas, capoeiras, brejos)					

PATRIMÔNIO

1. Em que estágio se encontra o processo de legalização da posse do terreno?
2. O que mudaria com a emancipação?
(considerar crédito, decisões de produção, investimentos na propriedade...)
3. Quais suas perspectivas de ganhos uma vez legalizada a posse do terreno?
(ganho patrimonial, valor da propriedade, arrendar o terreno...)
4. Há perspectiva de negócio com a sua terra?

DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS

5.1. RENDA PROCEDIMENTO DE CONSTRUÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE: RENDA TOTAL

VARIÁVEL	ITEM DO QUESTIONÁRIO	PROCEDIMENTO
1. Renda Agrícola Monetária Bruta	Tabela 9	Quantidade vendida de cada produto x preço unitário/IGP Somar resultados parciais de cada produto.
2. Custos de produção agrícola	Tabela 10 Tabela 11	Soma de todos os itens de custo x preço/IGP Mais soma de mão-de-obra contratada x preço/IGP Menos: Custos atribuídos ao consumo: Prorrata 1. Menos: Custos atribuídos ao estoque. Prorrata 1.2.
3. Renda Agrícola Monetária Líquida	=	Renda bruta-custos
4. Renda Animal Monetária Bruta	Tabelas 13 e 14	Soma animais vendidos x preço/IGP Mais soma de derivados vendidos preço/IGP
5. Custo de Produção Animal	Tabela 15	Custo produção animal Quantidade x preço/IGP Menos: Custos atribuídos ao Consumo. Prorrata 1. Stock animal. Prorrata 1.2. Mais: Custos produção milho e abóbora na parte de stock. Prorrata 1.
6. Renda Animal Líquida	=	4-5
7. Renda de Auto-Consumo	Tabela 9 13 e 14	a- Soma de todos os itens agrícolas consumidos x Preço de venda/IGP b- Soma de todos os itens de animais e derivados consumidos x preço/IGP c- Menos: Custos: Prorrata 1 e Prorrata 1. Prorrata 1.
8. Custos Trabalhos	Tabela 16 item 6	Soma todos os salários x preço/IGP
9. Outras Receitas	Tabela 17 item 5.2	Soma todas as receitas x preço/IGP
RENDA TOTAL	SOMA DE TODAS AS RENDAS = 1 + 4 + 7 + 9 - 8	
RENDA POR TRABALHADOR	Renda Total Força de Trabalho Familiar	

Prorrata 1: Custos da Produção Agrícola Atribuídos ao Consumo:

Índice: $\frac{\text{Valor da Produção de Autoconsumo Agrícola}}{\text{Stock} + \text{Valor da produção Consumo} + \text{Valor Prod. Vendida}}$

Stock: colocar preço de consumo aos stocks.

Procedimento=

Procedimento=

- a - Multiplicar este índice pelos Custos Agrícolas Totais
- b - Restar este valor dos Custos Agrícolas Totais-item 2.
- c - Restar o mesmo valor da renda de consumo-item 7-c

Prorrata 1.2: Proporção do stock agrícola na produção total:

$$\frac{\text{Stock}}{\text{Produção Total}}$$

Prorrata 2: Custos da Produção animal atribuídos ao consumo.

Índices:

1: $\frac{\text{Peso dos animais consumidos}}{\text{Peso de(stock final+Consumidos+vendidos)}}$

2: $\frac{\text{Valor Total de derivados consumidos}}{\text{Produção Total de derivados}}$

3 = Média destes índices = $1 + 2 / 2$

- 1.2: Peso Vendidos/Peso total
- 1.3: Peso Stock/Peso Total.

Procedimento:

- a - Multiplicar este índice (3) pelos Custos da Produção Animal.
- b - Restar este valor dos Custos da Produção Animal.Item 5 acima.
- c - Restar este valor da renda de autoconsumo.Item 7-c.
- d - Diminuir o prorrata 1.3 dos custos animais.

Prorrata 3:

Índices:

1: $\frac{\text{Valor do Stock Agrícola de Milho e Abobora}}{\text{Valor(Stock Total +vendido +consumido)}}$

Procedimento:

- a - Multiplicar este índice pelos custos totais Agrícolas.
- b - Procurar o prorrata 2.
- c - Dividir o resultado de a - custos do stock - de acordo com o prorrata 2-parte para consumo e parte para venda animal.
- d - Somar os resultados parciais assim:
Custos do stock atribuído as vendas:soma no item 5

TABELAS

TABELA 1

SUMARÉ II - RESULTADO DA PESQUISA DE CAMPO

Proprietário	área total	integrantes	atividades externas
Alcindo José (lote 04)	2,5 ha	7	2
Antonio S. (lote 05)	3,1 ha	6	1
Luiz S. (lote 06)	2,6 ha	8	7
Luiz P. (lote 09)	2,6 ha	2	0
Antonio R. (lote 10)	2,6 ha	2	0
Malvina (lote 19)	2,6 ha	5	1
Paulo (lote 21)	2,5 ha	13	3
Mário S. (lote 29)	2,6 ha	9	0

fonte: pesquisa de campo.

TABELA 2

RENDAMÉDIA DO ASSENTAMENTO SUMARÉ II - EM REAIS

Lote	Renda Agrícola Líquida	Renda Animal Líquida	Renda de Consumo	Outros Trabalhos	Outras Receitas	Renda Total	Renda Mensal
4	692,39	-	141,65	3.930,00	-	4.764,04	397,00
5	3.795,70	6.983,60	2.017,61	2.880,00	-	15.676,91	1.306,40
6	1.312,39	(44,33)	391,84	13.360,00	1.050,00	16.069,90	1.339,15
9	236,00	-	507,00	-	1.440,00	2.183,00	181,91
10	2.987,70	(60,00)	-	-	3.600,00	4.601,70	383,47
19	2.448,00	11,80	108,00	3.120,00	1.440,00	7.127,80	593,98
21	4.862,00	-	-	8.640,00	600,00	14.102,00	1.175,16
29	176,00	-	102,00	-	1.440,00	1.718,00	143,16
SUMARÉ II (média)	2.063,77	861,38	408,51	3.991,25	1.196,25	8.280,42	690,03
Em Salários Mínimos	17,20	7,18	3,40	33,26	9,97	69,00	5,75

fonte: pesquisa de campo.

TABELA 3

RENDA MÉDIA EM SALÁRIOS MÍNIMOS

Lote	Renda Total	Renda Per Capita	Renda Mensal	Renda Mensal Per Capita	Custo/Prod Agricola
4	4.764,04	680,57	397,00	56,71	2.507,61
5	15.676,91	2.612,81	1.306,40	217,73	1.239,30
6	16.069,90	2.008,73	1.339,15	167,39	902,61
9	2.183,00	1.091,50	181,91	90,95	451,00
10	4.601,70	2.300,85	383,47	191,73	1.926,00
19	7.127,80	1.425,56	593,98	118,79	1.272,00
21	14.102,00	1.084,76	1.175,16	90,39	3.352,00
29	1.718,00	109,58	143,16	15,90	1.924,00
SUMARÉ II (média)	8.280,42	1.414,30	690,03	118,70	1.696,82
Em Salários Mínimos	69,00349	11,785792	5,750239583	0,98915625	14,140125

fonte: pesquisa de campo.

TABELA 4

REDA FAMILIAR EM SALÁRIOS MÍNIMOS

Regiões	Renda Média Familiar (1)	Renda Média Familiar (2)
U	3,77	5,62
Brasil	3,82	3,70

(1) HOFFMANN, R. Economia e Sociedade, vol. 5, nº 3 1985, p56

(2) FAO/MARA - 1991.

TABELA 5

REMUNERAÇÃO MENSAL DE MÃO DE OBRA RURAL - EM SALÁRIOS MÍNIMOS

Regiões	Remuneração de mensalista (FGV)	Remuneração mensal média (FGV) (1)	Renda Média Mensal Trabalhador (2)
SU	1,06	2,02	2,23

fonte: FGV/IBE (CEA), Set. 1991.

(1) Administrador, capataz, tratorista e mensalista.

(2) FAO/MARA - 1991.

TABELA 6

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA RENDA POR ATIVIDADES (%)

Lote	Renda Agrícola Líquida	Renda Animal Líquida	Renda de Consumo	Outros Trabalhos	Outras Receitas	Renda Total
4	14,5	0,0	3,0	82,5	0,0	100,0
5	24,2	44,5	12,9	18,4	0,0	100,0
6	8,2	-0,3	2,4	83,1	6,5	100,0
9	10,8	0,0	23,2	0,0	66,0	100,0
10	64,9	-1,3	0,0	0,0	78,2	100,0
19	34,3	0,2	1,5	43,8	20,2	100,0
21	34,5	0,0	0,0	61,3	4,3	100,0
29	10,2	0,0	5,9	0,0	83,8	100,0
SUMARÉ II (média)	25,214442	5,3916087	6,1198577	36,130119	32,375735	100

fonte: pesquisa de campo.

BIBLIOGRAFIA

1. FAO (1992). Principais indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária. Rio de Janeiro: FAO/PNUD/MARA, 1991.
2. Castro, Márcio H. M. (1994). A mensuração da renda nos assentamentos rurais. In: Reforma Agrária- produção, emprego e renda - o relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro 1994.
3. BNDES AS/DEPES (1990). Avaliação preliminar dos assentamentos de reforma agrária. Rio de Janeiro: BNDES, 1990.
4. Garcia, Afrânio Jr. (1990). Geração de renda, sua distribuição e trajetórias diferenciadas em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989). In: Reforma Agrária - produção, emprego e renda - o relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro, 1994.
5. Reydon, B. P. (1993). Reforma Agrária no Brasil num contexto de crise econômica. In: Reforma Agrária - Série Debate. vol. 5, n 1. ABRA/MOLISV - Campinas.
6. Medeiro, L et alli, org. Assentamentos Rurais, uma visão multidisciplinar. UNESP, 1994.
7. Zamberlam, J. Produção e comercialização nos assentamentos rurais: questões para o Debate. In: Reforma Agrária - produção, emprego e renda - o relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro, 1994.
8. Graziano, J. S. Resistir, Resistir, Resistir: considerações acerca do futuro do campesinato no Brasil, In: Congresso da Sober, 33, 1995, Curitiba. Anais... Curitiba, v. 1, p. 792-798, 1995a.

9. Marsdsen, T. Reestruturing rurality: from order to disorder in agrariam political economy. *Sociologia Ruralis*, v. 29, n 3-4, p. 312-317, 1989.

10. FAO. El estado mundial de la agricultura y de la alimentación. Roma: Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, 1995. (cap. Brazil).

11. Chiriboga, M. Hacia uma modernización democrática y incluyente da la agricultura. In: Machado, A. (comp.). Desarrollo rural y abertura econômica, Bogota: Fondo DRI-ICA, 1992.

12. Graziano, J. S. O novo rural brasileiro. In: Nova Economia. revista do departamento de ciências econômicas da UFMG, v. 7, n 1, 1997.

13. CNA, 1996. Relatório da pesquisa sóci-econômica dos assentamentos da reforma agrária/Confederação Nacional da Agriculultura. et al. - Brasília: CNA, 1996.

14. Leite, S., Por uma economia política da reforma agrária: Custo de implantação e infra estrutura em assentamentos rurais paulistas (1984-1989), 1992. In: Assentamentos Rurais,

15. Hoffamn, R. Economia e Sociedade, vol. 5, nº 3 1985, p56.

16. Graziano, J. S. et alli, O emprego rural e a “commoditização” do espaço agrário. In: rev. São Paulo em perspectiva, Fund. SEADE, S.P., jun.-1997

17. Bianchini, S. A., 1995 Uso da terra no assentamento Sumaré II: diagnósticos e propostas. Monografia or. profa. Sônia Maria P. P. Bergamasco, Fac. Engenharia Agrícola - UNICAMP.

18. Neves, Delma P., 1995. Reforma agrária: idealizações irrealizações plausibilidades In: Reforma Agrária, 25, 1, jan./abr.

19. Paulilo, Maria Inês, 1994. Os assentamentos de reforma agrária como objeto de estudo. In: Romeiro, Ademar et alli (orgs.) Reforma Agrária: produção, emprego e renda. Petrópolis, Vozes.